

## **Resolução nº 148/2024**

*“Estabelece o Plano Anual de Contratações do Poder Legislativo, com fulcro no inciso VII do caput do art. 12 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021”*

*Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bertiooga*

**Projeto: 006/2024**

**Processo: 364/2024**

**Promulgação: 16/08/2024**

**Publicação: BOM 1185 - 16/08/2024**

**Decreto:**

**Alterações:**

Ver. Antonio Carlos Ticianelli, Presidente da Câmara Municipal de Bertiooga, em cumprimento ao disposto no art. 49 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário aprovou na 13ª Sessão Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2024, e que promulga:

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Resolução regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da Poder Legislativo.

**Art. 2º** Para fins do disposto nesta Resolução considera-se:

I - Autoridade competente: agente público com poder de decisão indicado formalmente como responsável por autorizar as licitações, os contratos ou a ordenação de despesas realizados no âmbito do órgão ou da entidade, ou, ainda, por encaminhar os processos de contratação para as centrais de compras de que trata o art. 181 da Lei n.º 14.133, de 2021;

II – Requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

III – Comissão de contratação: unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza;

IV – Agente de Contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

V – Documento de formalização de demanda: documento no qual o setor ou agente requisitante formaliza o pedido de um produto ou serviço, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

VI - Plano de contratações anual: documento que consolida as demandas que o órgão ou a entidade planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;

## **CAPÍTULO II DO FUNDAMENTO**

**Art. 3º** A elaboração do plano de contratações anual pelos órgãos e pelas entidades tem como objetivos:

I - Racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;

II - Garantir o alinhamento com o planejamento estratégico;

III - evitar o fracionamento de despesas;

IV - Sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

## **CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES**

**Art. 4º** Até a primeira quinzena de junho de cada exercício, o Poder Legislativo elaborará o seu plano de contratações anual, o qual conterá todas as contratações que pretenda realizar no exercício subsequente, incluídas:

I - As contratações diretas, nas hipóteses previstas nos art. 74 e art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021;

II - As contratações que envolvam bens e serviços continuados ou não, e essenciais ao funcionamento deste poder, independente da modalidade de licitação adotada.

**Parágrafo Único.** O Plano de Contratações Anual deverá ser elaborado nos termos do Anexo 1 que acompanha esta resolução.

**Art. 5.º-** Ficam dispensadas de registro no plano de contratações anual:

I - As informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

II - As hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021; e

III - As pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2.º do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**Art. 6º** Para elaboração do plano de contratações anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda com as seguintes informações:

I - Justificativa da necessidade da contratação;

II - Descrição sucinta do objeto;

III - Quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

IV - Estimativa preliminar do valor da contratação;

V - Indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades desta casa;

VI - Grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida por esta casa;

VII - Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas;

VIII - Nome da área requisitante com a identificação do responsável.

§ 1º Os Documentos de Formalização de Demanda, necessários para a elaboração do Plano de Contratações Anual, deve ser elaborado pela Secretaria Geral e ou Departamentos até a primeira quinzena de Maio.

§ 2º O Documento de Formalização de Demanda deverá ser elaborado nos termos do Anexo 2 que acompanha esta resolução.

**Art. 7º** A autoridade competente poderá reprovar itens do plano de contratações anual ou devolvê-lo ao setor de contratações, se necessário, para realizar adequações junto às áreas requisitantes ou técnicas, observado o prazo de até a segunda quinzena de junho de cada exercício.

**Art. 8º** O plano de contratações anual do Poder Legislativo será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas, e no seu sítio eletrônico na internet, antes da elaboração da sua proposta orçamentária.

**Art. 9º** Durante o ano de sua elaboração, o plano de contratações anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens até a aprovação final do orçamento da Câmara para o ano seguinte.

**Parágrafo único.** O plano de contratações anual atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas e no seu sítio eletrônico na internet.

**Art. 10.** O setor de contratações verificará se as demandas encaminhadas constam do plano de contratações anual anteriormente à sua execução.

**Parágrafo único.** As demandas que não constarem do plano de contratações anual ensejarão a sua revisão, caso justificadas.

**Art. 11.** As demandas constantes do plano de contratações anual serão formalizadas em processo de contratação e encaminhadas ao setor de contratações com a antecedência necessária ao cumprimento da data pretendida, nos moldes desta Resolução.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12.** O Presidente da Câmara Municipal poderá editar normas complementares para a execução do disposto nesta Resolução.

**Art. 13.** O prazo para elaboração do Plano de Contratações Anual do exercício de 2024, para ser implementado em 2025, é até 22 de agosto de 2024.

**Art. 14.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Bertioga, 16 de agosto de 2024.

**Ver. Antonio Carlos Ticianelli**  
**Presidente da Câmara**

## ANEXO I – PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

[illegible]

**ANEXO II – MODELO FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**  
**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

Órgão:

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento):

Responsável pela Demanda:

E-mail:

Telefone: ( )

**1. Objeto:**

**(Descrever o objeto da contratação)**

**2. Justificativa da necessidade da contratação**

**3. Descrições e quantidades**

Item
DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO
UNIDADE DE MEDIDA
QUANTIDADE

1

2

**4. Observações gerais**

4.1. Prazo de Entrega/ Execução:

4.2. Local e horário da Entrega/Execução:

4.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:

4.4. Prazo para pagamento:

Local/ data

Responsável pela Formalização da Demanda

(Nome, matrícula e assinatura)

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

**OBSERVAÇÕES:**

Este documento requer assinatura da Autoridade da Área Requisitante.

(Nome, matrícula e assinatura)